

Nome do Arguido: Aeroclube de Torres Vedras – Proc. C.O. 174/2017

Decisão da ANAC de 05.04.2018

Norma violada: alínea a) do n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 50/2014, de 31 de março.

Em processo de contraordenação, resultou provado que a arguida praticou, a título de negligência, o ilícito contraordenacional, previsto e punido nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 50/2014, de 31 de março, ou seja, por operação de determinada aeronave com a licença de estação radioelétrica caducada, tendo-lhe sido aplicada uma coima de €1.000,00 (mil euros), suspensão na sua execução por 4 anos, assim como a sanção acessória de publicitação da decisão administrativa na página eletrónica que a ANAC detém na *internet*, nos termos do artigo 13.º do mesmo diploma.

Notificada da decisão, a arguida não a impugnou tendo a decisão transitada em julgado.